

DA agora é Matutino. Compre-o e ajude-nos a crescer. A actualização é feita às 9h30

REGIONAL
NACIONAL
INTERNACIONAL
DESPORTO
OPINIÃO
LETRAS
ALMANAQUE
EFEMÉRIDES
UTILIDADES
ANÚNCIOS
DOCUMENTOS
FOTOS 
PASSATEMPOS 
CARTOON 

PESQUISA

ok »

ASSINATURAS
PUBLICIDADE
FICHA TÉCNICA

NEWSLETTER

Inscrever »

FESTIVAL
DAS TUNAS
2003



Clima mundial vai alterar-se com reflexos nos Açores

Regional
Por Vera Borges *
31/01/2006 12:01:12

Desde os primórdios da criação da Terra que o clima esteve em constantes alterações, em ciclos de milhares de anos de aquecimento e glaciação causados por fenómenos naturais. Contudo, desde a Revolução Industrial que o “planeta azul” tem enfrentado alterações climáticas causadas pela acção negligenciada do Homem.

Em Portugal e consequentemente nos Açores os efeitos nefastos do aquecimento global irão ser sentidos daqui a 100 anos. Efeitos como chuvas irregulares; subida do nível do mar; aumento da temperatura do ar e até mesmo a subida da temperatura da água do oceano, são estas algumas conclusões da segunda fase do projecto SIAM II, que contou com a participação de 61 cientistas e que traça diferentes cenários, impactos e medidas de adaptação para as alterações climáticas em todo o território português.

A segunda fase iniciou-se em 2002 e alargou o âmbito das investigações iniciais, procurando aprofundar algumas lacunas e estendendo o estudo às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

No século XXI o clima mundial vai alterar-se com reflexos nos Açores, que poderá provocar um aumento de dois graus na temperatura do ar, assim como o aumento do nível do mar e a precipitação irregular. Estas alterações poderão provocar perturbações ou mudanças no curso normal da agricultura e nos recursos hídricos das ilhas sujeitos à precipitação. As bacias hidrográficas da Região precisam de chuva para se regenerar, porém, se esta cair de forma irregular, este recurso poderá ser afectado.

De acordo com Brito Azevedo, da Universidade dos Açores, em declarações à RDP “as precipitações, embora podendo ser em termos quantitativos iguais, podem ser mais irregulares, podemos ter cenários de precipitações intensas com uma frequência maior que aquela que tínhamos no passado, isso trará alguma implicação na capacidade de recarga dos recursos hídricos das ilhas que são vulneráveis”.

Por conseguinte, as alterações climáticas que ocorrerão nos próximos 100 anos vão obrigar a que as culturas agrícolas sejam reajustadas aos novos ciclos do tempo que fará nas ilhas.

Brito de Azevedo, que participou na realização do estudo, alerta para o facto de que o aumento do nível do mar com consequências nas zonas ribeirinhas mais planas ou mesmo a subida da temperatura da água do oceano, irá permitir um aumento da frequência de tempestades, logo, com implicações ao nível das vidas humanas.

No último século, o nível das águas do mar subiu 15 centímetros, mas estima-se que até ao fim do século XXI suba cerca de meio metro.

Mas os efeitos climatéricos já começam a ser sentidos em Portugal continental e Madeira, assim como, a neve que cobre as zonas altas do arquipélago e ainda o manto branco visível que cobriu domingo Lisboa e Algarve, onde não nevava há meio século.

A última vez que nevou no Algarve, fora do pico da Fóia, na serra de Monchique, foi a 2 de Fevereiro de 1954, um dia de feira em São Brás de Alportel.

Meteorologistas classificaram a queda de neve, em várias regiões abaixo dos 100 metros, como um fenómeno “raro” e que não acontecia desde 1983, embora na altura a neve não tivesse caído em Lisboa. Segundo ainda o



relatório de investigadores portugueses, o cenário climático aponta para uma clara tendência de concentração da precipitação nos meses de Inverno, que poderá traduzir-se num aumento efectivo da precipitação média entre os meses de Dezembro e Fevereiro, agravando o risco de cheias. O relatório SIAM II indica que a tendência para o agravamento de precipitações extremas é observada em todo o país, mas é mais clara na região Norte.

Além do aumento de fenómenos de precipitação intensa, a subida do nível médio dos oceanos, poderá também contribuir para um aumento do risco de cheias, devido à diminuição da capacidade de escoamento na foz dos rios de maior dimensão.

Por isso, áreas ribeirinhas como o vale do Tejo ou a Ribeira, na cidade do Porto, poderão ver aumentar o risco local da ocorrência de cheias.

O estudo avisa que a subida do nível médio do mar terá também vários impactos no litoral, a nível das actividades ambientais, económicas e sociais, devido ao agravamento do processo erosivo, aumento das áreas inundadas e modificação do regime de marés.

Quanto à temperatura, os modelos estudados projectam para o fim do século XXI um aumento substancial da frequência dos "dias muito quentes", com o Sul a registar mais de 100 dias por ano com temperaturas acima dos 35 graus, sobretudo no interior.

O número de noites tropicais (com temperatura mínima acima dos 20 graus) também deverá aumentar, variando entre 20 e 180 ou 40 e 120, consoante os cenários.

Os investigadores projectam também, em termos anuais, uma diminuição da precipitação no fim do século XXI, podendo ser superior a 30% no Sul do país, com destaque para o Algarve, que poderá perder mais de 40% de chuva, e variando entre 10 e 30% no Norte e Centro do país.

No último quarto de século, em Portugal, registou-se um aumento significativo das temperaturas máximas e mínimas médias.

Observou-se ainda que os 6 anos mais quentes do período 1931-2000 concentraram-se nos últimos 12 anos do século XX, tendo sido 1997 o ano mais quente.

Os últimos 20 anos foram particularmente pouco chuvosos, comparativamente aos valores médios registados entre 1961-1990.

No entanto, assinala o relatório, existe grande variabilidade inter-anual.

O Inverno de 2000, por exemplo, foi muito chuvoso (o terceiro mais chuvoso dos últimos 30 anos), mas o Inverno seguinte foi muito seco (o quinto mais seco do mesmo período).

De salientar que Portugal deu um passo no sentido de amenizar as alterações climáticas, com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto a 16 de Fevereiro do ano passado, que visa reduzir as emissões de gases para a atmosfera, um passo importante no combate à mudança climática.

Relembre-se que o Protocolo de Quioto estipula a redução global de emissão de gases pelo menos 5% para o período 2008-2012 (calculado como uma média desses cinco anos), sendo variável entre os países signatários, de acordo com o princípio da responsabilidade comum mas diferenciada. Assim, alguns países podem aumentar as suas emissões de gases enquanto outros acordaram em reduzi-las.

O Protocolo estabelece normas de monitorização das emissões e confirmação das reduções de forma a que os resultados apresentados pelos diferentes países sejam credíveis e comparáveis.

*com Lusa

A palavra do leitor